



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo 02, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

- 1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras
- 5 do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco
- 10 podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção
- 15 de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.
- Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando
- 20 constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder de-
- 25 envolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

ordine geometrico demonstrata – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
- (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
- (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
- (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
- (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.
-
2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:
- (A) (linhas 13 a 16) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
- (B) (linhas 3 a 6) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
- (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
- (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
- (E) (linha 2 e 3) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*
-
3. É correto afirmar:
- (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
- (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
- (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
- (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
- (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só* e *mas também*, e exprime idéia de alternância.

<p>4. <i>Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.</i></p> <p>Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A conjunção <i>Ora</i> estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”.</p> <p>(B) A locução verbal <i>queira eliminar</i> expressa um fato considerado em sua efetiva realização.</p> <p>(C) A forma verbal <i>desafiando</i> expressa noção de “tempo”.</p> <p>(D) A expressão <i>por mais que se queira</i> pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.</p> <p>(E) A expressão <i>previsão “científica”</i> é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.</p>	<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>
<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(D) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica</i> está para <i>os deveres éticos</i>, assim como <i>a sujeição</i> está para <i>a ação</i>.</p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como</i> o <i>patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamado à ação humana como espécie.</p>

10. Considere as assertivas abaixo.

- I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.
- II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.
- III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.

O texto abona SOMENTE

- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) I e II.
 (E) II e III.

Instruções: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a promessa de uma nova sociedade pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da*

5 *liberdade e do progresso social, permitindo aos revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na força emancipatória da aliança entre o intelectual educador e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces*

10 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que*

15 *ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

11. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora

- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
- (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
- (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
- (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
- (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

12. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, a **saber**, até que ponto...”.

13. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*
- No fragmento acima, sempre considerado o contexto,
- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.
-
14. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:
- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*
-
15. Transpondo a frase *os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social* para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:
- (A) parecia ser dividido.
- (B) pareciam ter sido divididos.
- (C) tinha sido dividido.
- (D) tinha parecido dividir.
- (E) pareciam dividirem.
-
16. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.
- O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:
- (A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.
- (B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.
- (C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.
- (D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.
- (E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.

17. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.
 - (B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.
 - (C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.
 - (D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.
 - (E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.
-

18. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Ao se estender esse vies interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.
 - (B) Sua pretensão ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.
 - (C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, adivinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.
 - (D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por alí.
 - (E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.
-

19. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.
 - (B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.
 - (C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.
 - (D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.
 - (E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.
-

20. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:

- (A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.
 - (B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.
 - (C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.
 - (D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.
 - (E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>21. O delegado de polícia, que tem competência para investigação criminal, deve instaurar inquérito policial quando verificar a existência de uma conduta ilícita. Posto isto, no caso de a autoridade policial instaurar inquérito sem que exista notícia de conduta criminal, é correto asseverar que ela agiu com</p> <p>(A) abuso de competência. (B) excesso de poder. (C) discricionariedade. (D) desvio de finalidade ou de poder. (E) correção.</p>	<p>25. Segundo a Lei nº 8.112/90, a ajuda de custo</p> <p>(A) destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter provisório. (B) é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses. (C) e o transporte para a localidade de origem serão assegurados à família do servidor que falecer na nova sede, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito. (D) não será concedida àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, independentemente da mudança de domicílio. (E) será concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.</p>
<p>22. Em relação ao controle do ato administrativo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a revogação do ato administrativo legal e eficaz compete apenas à Administração Pública e produzirá efeito <i>ex-nunc</i>. (B) a anulação do ato administrativo legal e eficaz compete apenas à Administração Pública e produzirá efeito <i>ex-tunc</i>. (C) a revogação pode ser declarada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, quando provocado. (D) a existência de ilegalidade sempre é pressuposto da revogação do ato administrativo. (E) não pode ser anulado o ato administrativo com vício de legalidade, caso já tenha o mesmo produzido efeito.</p>	<p>26. É condição de elegibilidade para os cargos de Deputado Federal e Estadual a idade mínima de</p> <p>(A) 18 e 21 anos, respectivamente. (B) 21 anos. (C) 30 e 21 anos, respectivamente. (D) 30 anos. (E) 30 e 35 anos, respectivamente.</p>
<p>23. Tendo a Administração Pública escolhido a modalidade pregão com o fim de adquirir produtos, o prazo, contado a partir da publicação do aviso, a ser fixado para a apresentação das propostas</p> <p>(A) será de quinze dias corridos. (B) será de cinco dias corridos. (C) não será inferior a doze dias úteis. (D) não será inferior a dez dias úteis. (E) não será inferior a oito dias úteis.</p>	<p>27. Compete à União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre</p> <p>(A) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais. (B) serviço postal. (C) previdência social, proteção e defesa da saúde. (D) sistemas de consórcios e sorteios. (E) comércio exterior e interestadual.</p>
<p>24. Considere as seguintes assertivas a respeito da revisão de processo administrativo disciplinar:</p> <p>I. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido dos interessados, sendo vedada a revisão de ofício. II. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração. III. A simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento para a revisão, tratando-se de direito assegurado pela legislação brasileira. IV. O requerimento de revisão será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II, III e IV. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>	<p>28. José exerce o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Para se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, José deverá ostentar, NO MÍNIMO, as seguintes condições:</p> <p>(A) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. (B) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 05 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 55 anos de idade e 30 anos de contribuição. (C) 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 03 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 35 anos de contribuição. (D) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. (E) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, 60 anos de idade e 30 anos de contribuição.</p>

<p>29. Quanto ao processo legislativo, considere:</p> <p>I. As leis complementares serão aprovadas pela maioria simples dos integrantes da Câmara dos Deputados.</p> <p>II. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.</p> <p>III. A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, no prazo de até trinta dias da sua aprovação pelo Senado Federal.</p> <p>IV. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.</p> <p>V. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, III e IV. (C) I, IV e V. (D) II e III. (E) II, IV e V.</p>	<p>32. Considere:</p> <p>I. Praças, ruas e estradas.</p> <p>II. Edifícios destinados a estabelecimentos da administração pública estadual.</p> <p>III. Terrenos destinados a serviços de autarquia municipal.</p> <p>IV. Rios e mares.</p> <p>São bens públicos de uso especial os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e IV. (C) II. (D) II e III. (E) III.</p>
<p>30. Nos termos da Constituição Federal e consideradas as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, compete ao Supremo Tribunal Federal, além de outras, julgar,</p> <p>(A) em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro, de um lado, e, do outro, Município.</p> <p>(B) originariamente, o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.</p> <p>(C) em recurso especial, as causas decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar Lei Federal.</p> <p>(D) originariamente, os <i>habeas corpus</i>, quando a autoridade coatora for juiz federal.</p> <p>(E) em recurso ordinário e especial, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.</p>	<p>33. Prescreve em cinco anos a pretensão</p> <p>(A) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p> <p>(B) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo prazo da data em que foi deliberada a distribuição.</p> <p>(C) dos credores não pagos contra os sócios de acionistas e os liquidantes, contando o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.</p> <p>(D) dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados ao consumo no próprio estabelecimento, para pagamento da hospedagem ou dos alimentos.</p> <p>(E) para haver juros, dividendos ou quaisquer pretensões acessórias, pagáveis em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.</p>
<p>31. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.</p> <p>(B) a lei começa a vigorar em todo o País, salvo disposição em contrário, na data da sua publicação.</p> <p>(C) nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.</p> <p>(D) a lei revogada sempre se restaura quando a lei revogadora tiver perdido a vigência.</p> <p>(E) as correções a texto de lei já em vigor não são consideradas lei nova.</p>	<p>34. A respeito do contrato de compra e venda, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, prevalece sobre estes a matéria pela qual se descrever a coisa no contrato.</p> <p>(B) Em decorrência da liberdade de contratar assegurada pelo Código Civil Brasileiro, a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.</p> <p>(C) Convencionada a venda sem fixação de preço ou critérios para sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que as partes se sujeitaram ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor.</p> <p>(D) Não é lícita a compra e venda entre cônjuges com relação a bens excluídos da comunhão, por implicarem em alteração do regime estabelecido por ocasião da celebração do matrimônio.</p> <p>(E) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.</p>

<p>35. A respeito do contrato de mandato é certo que</p> <p>(A) por envolver relação de confiança, o mandato é sempre revogável, não podendo a procuração conter cláusula de irrevogabilidade.</p> <p>(B) a outorga do mandato não está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado.</p> <p>(C) o mandato presume-se gratuito quando não for estipulada retribuição, ainda que o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.</p> <p>(D) o mandatário pode compensar o prejuízo a que deu causa, com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.</p> <p>(E) ainda que se outorgue o mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.</p>	<p>39. A respeito da citação, considere:</p> <p>I. Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.</p> <p>II. Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, aos noivos, nos três primeiros dias de bodas.</p> <p>III. Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta declarada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p>36. Interposto um mandado de segurança, foi concedida a liminar. Porém, afinal, a sentença denegou a segurança impetrada. Inconformado, o impetrante interpôs recurso de apelação. Nesse caso,</p> <p>(A) cessam os efeitos da liminar anteriormente concedida, a partir da publicação da sentença denegatória.</p> <p>(B) fica sem efeito a liminar anteriormente concedida, retroagindo os efeitos da decisão.</p> <p>(C) cessam os efeitos da liminar anteriormente concedida, a partir da data de interposição do recurso de apelação.</p> <p>(D) permanecem os efeitos da liminar anteriormente concedida até o julgamento da apelação.</p> <p>(E) permanecem os efeitos da liminar anteriormente concedida até o trânsito em julgado da decisão final.</p>	<p>40. Numa execução fiscal, feita citação, o executado efetuou depósito em dinheiro em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa. Nesse caso, o prazo para oferecimentos de embargos será contado da data</p> <p>(A) da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.</p> <p>(B) da intimação da efetivação do depósito.</p> <p>(C) da intimação da penhora.</p> <p>(D) da citação.</p> <p>(E) do depósito.</p>
<p>37. Numa ação ordinária de reparação de danos por colisão de veículos, foram arrolados como testemunhas: Paulo, que é menor de 16 anos; Pedro, que é surdo; José, que, como advogado, assistiu a um dos litigantes; João, que foi o Juiz de Direito que presidiu a audiência de conciliação; e Plínio, que é inimigo capital de uma das partes. Dentre as pessoas arroladas, pode depor como testemunha apenas</p> <p>(A) Pedro.</p> <p>(B) Paulo.</p> <p>(C) José.</p> <p>(D) João.</p> <p>(E) Plínio.</p>	<p>41. O prazo para interposição de agravo, apelação e embargos de declaração é de, respectivamente,</p> <p>(A) cinco, dez e cinco dias.</p> <p>(B) cinco, quinze e dez dias.</p> <p>(C) dez, quinze e dez dias.</p> <p>(D) dez, quinze e cinco dias.</p> <p>(E) quinze, quinze e cinco dias.</p>
<p>38. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, o Oficial de Justiça encarregado do mandado de citação esteve, por três vezes, no domicílio do executado, sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação. Nesse caso, deverá</p> <p>(A) arrombar a porta e ingressar na residência para tentar a citação pessoal.</p> <p>(B) proceder à citação por hora certa.</p> <p>(C) arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução.</p> <p>(D) devolver o mandado sem cumprimento.</p> <p>(E) solicitar o concurso da polícia para a localização do devedor.</p>	<p>42. Réu NÃO reincidente condenado à pena de 05 anos e 04 meses por crime de moeda falsa, poderá cumpri-la, desde o início em</p> <p>(A) regime aberto.</p> <p>(B) regime semi-aberto.</p> <p>(C) liberdade condicional.</p> <p>(D) regime fechado.</p> <p>(E) casa do albergado.</p>

<p>43. Sobre as penas restritivas de direitos, é absolutamente correto afirmar que são dessa espécie:</p> <p>(A) perda de bens e valores; multa e prestação de serviços à comunidade.</p> <p>(B) internação em Casa de Custódia; recolhimento domiciliar e prestação pecuniária.</p> <p>(C) prestação pecuniária; perda de bens e valores e limitação de fim de semana.</p> <p>(D) limitação de fim de semana; permissão para saída temporária e internação em escola agrícola.</p> <p>(E) cesta básica; prestação pecuniária e multa.</p>	<p>48. Considere as alternativas abaixo, sobre os prazos do Ministério Público:</p> <p>I. cinco dias para oferecer denúncia, estando o réu preso;</p> <p>II. trinta dias para oferecer a denúncia, estando o réu solto ou afiançado;</p> <p>III. três dias para aditar a queixa-crime;</p> <p>IV. dez dias para oferecer a denúncia estando o réu solto ou afiançado;</p> <p>V. oito dias para oferecer a denúncia, estando o réu preso.</p> <p>Estão corretas as que se encontram APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, IV e V.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>
<p>44. No caso de crime praticado em concurso de pessoas, se algum concorrente quis praticar crime menos grave, não sendo previsível o resultado mais grave, ele receberá a pena</p> <p>(A) do crime menos grave.</p> <p>(B) igual a dos outros comparsas.</p> <p>(C) do crime mais grave, reduzida de metade.</p> <p>(D) do crime menos grave aumentada de metade.</p> <p>(E) do crime mais grave reduzida de dois terços.</p>	<p>49. Decretada a prisão preventiva do réu, se ele estiver no território nacional, em lugar diverso ao da jurisdição do juiz que a decretou,</p> <p>(A) o oficial de justiça da comarca por onde corre o processo se deslocará até o local onde o réu se encontra para prendê-lo.</p> <p>(B) será expedido ofício para que o juiz do local onde ele se encontra expeça mandado de prisão.</p> <p>(C) o processo ficará parado aguardando o retorno do réu.</p> <p>(D) será decretada à revelia do réu.</p> <p>(E) será deprecada a sua prisão.</p>
<p>45. Quem fornece para terceiros equipamento especialmente destinado à falsificação de moeda, pratica o crime de</p> <p>(A) favorecimento pessoal.</p> <p>(B) moeda falsa em co-autoria.</p> <p>(C) receptação.</p> <p>(D) favorecimento real.</p> <p>(E) petrechos para falsificação de moeda.</p>	<p>50. A suspeição do juiz não poderá ser declarada nem reconhecida, quando</p> <p>(A) o juiz for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.</p> <p>(B) o juiz for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.</p> <p>(C) o juiz tiver aconselhado qualquer das partes</p> <p>(D) a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.</p> <p>(E) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.</p>
<p>46. A pessoa que confessa, perante autoridade policial, delito inexistente,</p> <p>(A) não pratica nenhum delito.</p> <p>(B) pratica crime de auto-acusação falsa.</p> <p>(C) pratica crime de falso testemunho.</p> <p>(D) pratica crime de comunicação falsa de crime.</p> <p>(E) pratica crime de denúncia caluniosa.</p> <p>47. Recebendo <i>noticia criminis</i> de crime em que a ação penal depende de representação, a Autoridade Policial, depois de lavrar boletim de ocorrência, deve</p> <p>(A) instaurar o inquérito policial e aguardar a representação da vítima ou seu representante legal.</p> <p>(B) instaurar o inquérito policial e intimar a vítima ou seu representante legal para oferecer a representação.</p> <p>(C) aguardar a representação para instaurar o inquérito policial.</p> <p>(D) remeter o boletim de ocorrência ao Ministério Público para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.</p> <p>(E) remeter o boletim de ocorrência ao Juiz de Direito para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.</p>	<p>51. Se o Assistente da Acusação deixar de comparecer a qualquer ato de instrução ou do julgamento, sem motivo de força maior devidamente comprovado,</p> <p>(A) o juiz o declarará revel.</p> <p>(B) o juiz designará nova data para o ato, intimando o assistente.</p> <p>(C) o processo prosseguirá independentemente de nova intimação deste.</p> <p>(D) o processo será sumariamente arquivado.</p> <p>(E) o ato será realizado e o assistente será intimado para os próximos atos do processo.</p>

<p>52. No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, é correta a afirmação de que a União entregará, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento, aos Fundos de Participação dos Estados e Distrito Federal, ao Fundo de Participação dos Municípios e para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, na seguinte ordem, e respectivamente,</p> <p>(A) vinte inteiros e cinco décimos por cento; vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento; e dois por cento.</p> <p>(B) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento; vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento; e três por cento.</p> <p>(C) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento; vinte e três e cinco décimos por cento; e dois por cento.</p> <p>(D) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento; vinte e um inteiros e cinco décimos por cento; e três por cento.</p> <p>(E) vinte e três inteiros e cinco décimos por cento; vinte inteiros e cinco décimos por cento; e três por cento.</p>	<p>55. Tendo em vista o crédito tributário considere:</p> <p>I. Depósito de seu montante integral.</p> <p>II. Moratória.</p> <p>III. Compensação.</p> <p>IV. Parcelamento do valor do tributo.</p> <p>V. Remissão.</p> <p>VI. Anistia.</p> <p>Diante disso, observa-se que são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, APENAS as hipóteses indicadas em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, IV e VI.</p> <p>(C) II, IV e V.</p> <p>(D) II, III, IV e V.</p> <p>(E) III, IV, V e VI.</p>
<p>53. No que diz respeito à competência legislativa, o Código Tributário Nacional, dentre outras situações, dispõe que,</p> <p>(A) a competência tributária é sempre indelegável, abrangendo a atribuição das funções de fiscalizar tributos ou de executar leis ou serviços de natureza tributária.</p> <p>(B) a atribuição da função de arrecadar tributos implica que sua revogação seja feita com prévio aviso, e por ato bilateral entre as partes.</p> <p>(C) a atribuição da função de fiscalizar tributos não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.</p> <p>(D) o não-exercício da competência tributária a defere à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.</p> <p>(E) não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.</p>	<p>56. Contribuem para a seguridade social, da mesma forma, aqueles que estão em iguais condições contributivas. As empresas NÃO contribuem da mesma forma que os trabalhadores, em conformidade, especificamente, com o princípio da</p> <p>(A) universalidade.</p> <p>(B) seletividade na prestação de benefícios e serviços.</p> <p>(C) equidade na forma de participação no custeio.</p> <p>(D) irredutibilidade do valor dos benefícios.</p> <p>(E) natureza democrática e descentralizada da administração.</p>
<p>54. No que diz respeito às taxas é certo que,</p> <p>(A) é facultativa e também leva em conta a realização de obra ou serviço público, de que decorra valorização imobiliária.</p> <p>(B) seu fato gerador poderá ser uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.</p> <p>(C) podem, em certos casos, ter base de cálculos idêntica a dos impostos, e ser calculadas em função do capital das empresas.</p> <p>(D) tem como fato gerador, além de outros elementos, o exercício regular do Poder de Polícia.</p> <p>(E) sua hipótese de incidência não é vinculada, salvo quando criada no caso de investimento público urgente e de relevante interesse estatal.</p>	<p>57. O Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, terá como membros, dentre outros, nove representantes da sociedade civil, sendo</p> <p>(A) três representantes dos aposentados e pensionistas; três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.</p> <p>(B) um representante dos aposentados e pensionistas; quatro representantes dos trabalhadores em atividade e quatro representantes dos empregadores.</p> <p>(C) dois representantes do Governo Federal; três representantes dos aposentados e pensionistas; dois representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.</p> <p>(D) quatro representantes do Governo Federal; um representante dos aposentados e pensionistas; dois representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.</p> <p>(E) dois representantes dos aposentados e pensionistas; quatro representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.</p>

58. De acordo com a Lei nº 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,
- (A) até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
 - (B) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
 - (C) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
 - (D) até dez meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
 - (E) até vinte e quatro meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.

59. Considere as seguintes assertivas a respeito do salário família:

- I. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive ao doméstico e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos.
- II. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com sessenta e cinco anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou sessenta anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.
- III. A empresa conservará durante quinze anos, obrigatoriamente, os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.
- IV. A cota do salário-família não será incorporada ao salário ou ao benefício.

Está correto o que se afirma, APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

60. Dentre outros NÃO são considerados legitimados como interessados no processo administrativo, no âmbito da Administração Pública Federal,

- (A) as pessoas ou associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
- (B) pessoas físicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais.
- (C) pessoas jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou no exercício do direito de representação.
- (D) aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- (E) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.